



CONGRESSO NACIONAL

MPV-366

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 03/05/2007	proposição Medida Provisória nº 366			
autor Deputada Solange Amaral	Nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 1º e altera os artigos 6º e 7º da MP 366 que “Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e dá outras providências”.

O inciso I do art. 1º e o inciso II do art. 5º da MP 366, de 26 de abril de 2007, que “Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências”, passam a figurar com as seguintes modificações.

Art. 1º

Parágrafo 1º O disposto nos incisos I e II não exclui o exercício concorrente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA para a concessão de autorizações para a realização de obras que afetem, no âmbito das unidades de conservação, a biodiversidade.

Parágrafo 2º O disposto no inciso IV não exclui o exercício supletivo do poder de polícia ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Art. 6º

- a) IBAMA: vinte por cento para, para utilização nas ações de conservação da natureza, proteção à diversidade biológica, defesa dos recursos ambientais e ações de preservação, de conservação *in situ*, de manejo, de uso indireto, de uso direto, de uso sustentável, de extrativismo, de recuperação, de restauração, de zoneamento, de planos de manejo, de zonas de amortecimento e de corredores ecológicos.
- b) Instituto Chico Mendes: vinte por cento, para utilização restrita na gestão das unidades de conservação de uso sustentável;

Art. 7º

III – Órgãos executores: os órgãos federais, estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação, administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais nas respectivas esferas de atuação e pronunciar-se, concorrentemente, sobre propostas, projetos e iniciativas em unidades de conservação da natureza capazes de afetar a conservação da natureza, a diversidade biológica, os recursos ambientais, a preservação, a proteção integral, a conservação *in situ*, o manejo, o uso indireto, o uso direto, o uso sustentável, o extrativismo, a recuperação, a restauração, o zoneamento, o plano de manejo, a zona de amortecimento e os corredores ecológicos..

Justificação

Insiste o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em usurpar as atribuições do Poder Legislativo..

Tem patrocinado o Poder Executivo uma enxurrada de Medidas Provisórias que não se caracterizam pela urgência, como é caso da Medida Provisória 366, de 26 de abril de 2007, cuja finalidade efetiva é retirar atribuições do Ibama.

A Medida Provisória em tela cria, desnecessariamente, um novo órgão governamental regulamentação do para executar ações várias da política nacional de unidades de conservação da natureza, e investe no sentido de alterar a regulamentação do Sistema Florestal Brasileiro.

O que, na verdade, é desnecessário, posto que o Ibama desempenha, a contento, tal função.

O que busca o Poder Executivo, na realidade, é criar um órgão que seja acessível, que seja dócil às suas intenções, vontades, imposições.

Para tanto, optou pela tática de dividir para melhor reinar.

O Governo Lula, na verdade, copia o que realizou o Governo Collor, quando decidiu encaminhar o extermínio da Fundação Nacional do Índio, na década de 90, ao esquartejá-la, redistribuindo inúmeras de suas funções para outros órgãos, o que restringiu a capacidade daquela instituição de prestar ampla, efetiva assistência aos povos indígenas.

Inspirado naquele modelo, o Governo Lula obra de maneira semelhante em relação ao Ibama, promovendo um retrocesso político e administrativo que afetará, em curto prazo, as ações de conservação e de preservação do meio ambiente.

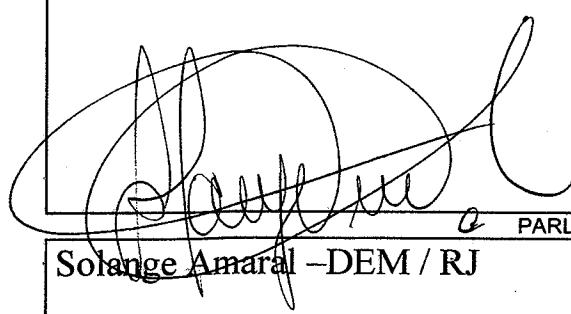
O correto, o ideal, o desejável seria rejeitar, derrubar, in limine, a Medida Provisória no 366.



O Poder Executivo, no entanto, como ficou evidente no caso da CPI do Apagão Aéreo, legisla, ao fim e ao cabo, por intermédio de sua base de sustentação, valendo-se do hábito de teraplenar a oposição.

É, no entanto, indispensável que os objetivos do Poder Executivo sejam, nesta Casa, contrariados quando suas iniciativas não se coadunam com as necessidades maiores do País. Como é o caso da presente Medida Provisória.

Com esse objetivo, submeto à avaliação do Parlamento a presente Emenda Modificativa, para assegurar que o Ibama exerça, concorrentemente ao Instituto Chico Mendes, a tarefa de manifestar-se quando da avaliação de iniciativas de projetos para a realização de obras em áreas declaradas unidades de conservação que tenham potencialidade para afetar a biodiversidade.



PARLAMENTAR

Solange Amaral -DEM / RJ

